

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

LUANNA FERREIRA DE SOUSA MATIAS

INFORMAÇÃO, CIDADANIA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO

Goiânia

2008

LUANNA FERREIRA DE SOUSA MATIAS

INFORMAÇÃO, CIDADANIA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliany Alvarenga de Araújo

Goiânia

2008

Matias, Luanna Ferreira de Sousa.

Informação, cidadania e atuação profissional do bibliotecário / Luanna Ferreira de Sousa Matias. – Goiânia: UFG / FACOMB, 2008.

53 f.: il.

Orientadora: Prof^o. Dr^a. Eliany Alvarenga de Araújo

Monografia (Curso de Biblioteconomia) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, 2008.

Referências bibliográficas: f. 48-50

1. Cidadania 2. Informação 3. Atuação profissional - Bibliotecário.

I. Araújo, Eliany Alvarenga de. II Universidade Federal de Goiás, Faculdade de comunicação e Biblioteconomia. III Título

INFORMAÇÃO, CIDADANIA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO

Por

LUANNA FERREIRA DE SOUSA MATIAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Bacharel, aprovado em _____ de _____ de _____, pela banca examinadora, formada por:

Banca Examinadora:

Presidente: Prof^a. Eliany Alvarenga de Araújo, Dr^a. - Orientadora
Universidade Federal de Goiás

Membro: Prof^a. Maria de Fátima Gaberlini. Dr^a.
Universidade Federal de Goiás

Aos meus pais, Edeimar e Maria Divina e as minhas irmãs Kéllen, Karinna, Lorena, Milenne, Tallita, Sammya, Lourdes, que eu amo incondicionalmente e que estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis me apoiando e me dando força.

Em especial ao meu futuro esposo, pelo estímulo que me impulsiona a buscar vida nova a cada dia, meu agradecimento por ter aceitado se privar de minha companhia durante os estudos e por seu apoio, compreensão e carinho, sem os quais, eu não conseguiria continuar tendo persistência e força de vontade para finalizar este trabalho.

À Deus, que me permitiu a vida e sempre esteve presente com sua força e o seu amor me protegendo, guiando e me dando força para vencer as dificuldades encontradas no meio do caminho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram na realização desse trabalho e, em particular,

a minha mãe, pelo apoio nas horas de dificuldade, pela paciência e compreensão nos momentos em que estive ausente, e por estar presente na minha vida;

ao meu pai, que amo muito e que apesar da distância nunca foi ausente, pois sempre esteve presente em meus pensamentos;

ao meu digníssimo noivo, “Chicó”, que esteve sempre ao meu lado, me confortando nos momentos mais difíceis com palavras de amor e carinho, e que está presente nos momentos mais felizes de minha vida;

a minhas amigas Cássia, Lorena e Taísse, porque são as melhores amigos do mundo, e estiveram presentes nas horas mais difíceis, sempre me confortando com palavras de conforto, incentivo e carinho;

a Vanessa, minha amiga e companheira que compartilhou comigo momentos de alegria, tristeza, risos, lágrimas, brigas e perdão, sempre me apoiando e dando força nos momentos mais difíceis de minha vida;

a professora Dr^a. Eliany, de maneira especial, que me acolheu em sua casa, me proporcionando momentos de estudo, dedicação, risadas, fofocas... Enfim, me encorajou, me deu força e esperança para passar por mais esta etapa de minha vida;

Em especial, a minha amiga Anne, que com carinho, atenção e dedicação me deu uma força na revisão deste trabalho;

ao grupo de pesquisa “Informação e Cidadania”, que me fez apaixonar pelo tema cidadania e informação, contribuindo com obras que foram o ponto de partida do presente estudo. Em especial à professora Fátima que com seu carinho e dedicação formou este grupo

e ao companheiro Walderes que a todo momento nos incentivou com sua coragem, persistência e amor pela vida;

e finalmente, aos demais professores que estiveram presentes nessa caminhada.

“A cidadania é o princípio da convivência em sociedade”

Autor desconhecido

RESUMO

Este estudo aborda a questão da informação, cidadania e atuação profissional dos bibliotecários atuantes na cidade de Goiânia-Go. Nessa perspectiva, surgiu a idéia de pesquisar se a atuação profissional do bibliotecário possibilita o desenvolvimento de práticas de cidadania em sua atuação profissional. Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória com abordagem quali./quant., sendo que a amostragem constituiu-se de 17 profissionais bibliotecários atuantes em Goiânia. A coleta de dados foi realizada via correio eletrônico durante o mês de outubro de 2008. Com esta pesquisa percebemos que os bibliotecários pesquisados demonstraram conhecer o conceito de cidadania e consideram o acesso à informação como elemento imprescindível ao seu acesso. Foi possível identificarmos elementos que contribuem e prejudicam práticas de acesso à cidadania.

Palavras-chave: Informação; Cidadania; Atuação Profissional – Bibliotecário.

RESUMEN

Este estudio aborda la cuestión de la información, la ciudadanía y el desempeño profesional de los bibliotecarios que trabajan en la ciudad de Goiania-Go. Desde esta perspectiva, la idea vino a buscar en el desempeño profesional del bibliotecario permite el desarrollo de las prácticas de la ciudadanía en su desempeño profesional. Esta investigación se caracteriza con exploratória con enfoque de calidad. / Quant., Y la muestra se compone de 17 profesionales bibliotecarios que trabajan en Goiania. La recopilación de datos se realizó por e-mail durante el mes de octubre de 2008. Con esta investigación encontró que los bibliotecarios encuestados conocían el concepto de ciudadanía y considere la posibilidad de acceso a la información como un elemento esencial para su acceso. Es posible identificar los factores que contribuyen, así como daños en las prácticas de acceso a la ciudadanía. Palabras clave: Información; ciudadanía; Práctica Profesional - Bibliotecario.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa Etária.....	34
Gráfico 2 - Sexo.....	35
Gráfico 3 - Faixa Salarial.....	35
Gráfico 4 - Atividades desenvolvidas - Unidade de Informação.....	36
Gráfico 5 – Atuação Profissional – Práticas de Cidadania.....	39

LISTA DE QUADOS

Quadro 1 - Categoria temática - Conceito de cidadania	37
Quadro 2 – Categoria temática – Atuação profissional e desenvolvimento de práticas de cidadania.....	40
Quadro 3 - Categoria temática – Elementos estimuladores.....	42
Quadro 4 – Categoria temática – Elementos prejudiciais.....	44

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	PROBLEMATIZAÇÃO.....	14
3	OBJETIVOS.....	15
3.1	OBJETIVO GERAL.....	15
3.2	OBJETIVO ESPECÍFICO.....	15
	REVISÃO DE LITERATURA.....	16
4	CIDADANIA E INFORMAÇÃO.....	16
4.1	CIDADANIA.....	16
4.1.1	Breve histórico sobre a Cidadania.....	18
4.1.2	Cidadania no Brasil.....	22
4.2	INFORMAÇÃO.....	24
4.3	A INFORMAÇÃO COMO FATOR ESSENCIAL À CIDADANIA.....	25
5	BIBLIOTECÁRIO X CIDADANIA.....	27
6	METODOLOGIA.....	31
6.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	31
6.1.1	Quanto a forma de abordagem do problema.....	31
6.1.2	Quanto aos seus objetivos e métodos.....	31
6.2	CAMPO DE PESQUISA.....	31
7	ETAPAS DA PESQUISA.....	33
7.1	COLETA.....	33
7.2	ORGANIZAÇÃO.....	33
8	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	34
8.1	CARACTERIZAÇÃO DOS PESQUISADOS.....	34
8.2	BIBLIOTECÁRIOS – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	36
8.3	ATUAÇÃO PROFISSIONAL E PRÁTICA DE CIDADANIA.....	37
8.4	ELEMENTOS ESTIMULADORES E PREJUDICIAIS.....	42
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS	49
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	51

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, ao tratar da informação, cidadania e atuação profissional do bibliotecário na cidade de Goiânia – Go, busca suscitar reflexões sobre a temática, uma vez que, nos dias atuais não se pode pensar em informação e Biblioteconomia sem vinculá-las com a questão da cidadania.

A categoria cidadão foi tratada inicialmente como uma categoria territorial. Porém atualmente com questões relacionadas com a agressão ao meio ambiente, poluição do ar, terra e água, o desmatamento e as queimadas em um determinado local, cidade, Estado ou País causam efeitos em várias partes do planeta, transcendendo a noção de cidadania territorial. A cidadania passa ser considerada a partir de então, uma escala planetária.

O bibliotecário é um profissional que trabalha com a informação, um bem simbólico e elemento essencial na conquista da cidadania. O bibliotecário é um profissional capacitado a atender as necessidades informacionais dos usuários, cabendo portanto, neste trabalho, discorrer um pouco mais sobre a importância de atuação profissional para o desenvolvimento de práticas de cidadania.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

Com a força das organizações internacionais e dos movimentos sociais organizados, há uma universalização da declaração dos direitos humanos em todo o planeta. Processo que se efetiva através da conscientização do indivíduo, do acesso e do uso cada vez maior das tecnologias de informação e comunicação. Tendo em vista essa nova configuração histórico-social, da atuação profissional dos bibliotecários com relação à cidadania, indagamos neste trabalho se a atuação profissional do bibliotecário na cidade de Goiânia - Go possibilita o desenvolvimento de práticas de cidadania?

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a relação da atuação profissional do bibliotecário na cidade de Goiânia - Go e o desenvolvimento de práticas de cidadania.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a atuação profissional do bibliotecário em relação às práticas de cidadania;
- Caracterizar os pesquisadores;
- Descrever as atividades dos pesquisadores;
- Identificar a opinião dos profissionais pesquisados em relação ao desenvolvimento de práticas de cidadania;
- Identificar elementos estimuladores e prejudiciais ao desenvolvimento de práticas de cidadania no contexto da atuação profissional dos pesquisados.

REVISÃO DE LITERATURA

4 CIDADANIA E INFORMAÇÃO

4.1 CIDADANIA

No final do século XX assistiu-se, em todo o mundo, a um grande interesse pelos temas relacionados com a cidadania, porém, mesmo nos dias atuais, não existe um consenso em torno do conceito de cidadania. Ao contrário, existem muitas ambigüidades em torno de sua definição. Por este motivo, optou-se por refletir sobre a categoria cidadania a partir de um histórico breve sobre o termo cidadania, englobando a visão de vários autores que se seguem.

Freqüentemente os dirigentes políticos, educadores, sociólogos e comunicadores de uma maneira geral que, de alguma forma, se mostram preocupados com os rumos da sociedade, normalmente se encontra presente a palavra cidadania em seus discursos. Como é comum nos casos em que existe a superexploração de um vocábulo este, por sua vez, acaba agregando denotações desviadas do seu real sentido. Atualmente o emprego da palavra cidadania é, muitas vezes, utilizado para referir-se aos direitos humanos, ou direitos do consumidor.

Santana (200-)¹ destaca que a história da cidadania confunde-se com a história das lutas pelos direitos humanos. A cidadania esteve e está em permanente construção – é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre lutam por mais direitos, mais liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformam frente às dominações arrogantes, seja do próprio Estado ou de outras instituições ou pessoas que não desistem de privilégios, de opressão e de injustiças contra uma maioria desassistida e que não se consegue fazer ouvir, exatamente porque se lhe nega a cidadania plena cuja conquista, ainda que tardia, não será obstada.

De certa forma, faz sentido a confusão e mistura de significados, uma vez que a história da cidadania confunde-se com a história dos direitos humanos, a história das lutas populares para a afirmação de valores éticos, como igualdade, dignidade e a liberdade de todos os humanos independente de sexo, cor, credo ou classe social. Existe sim um relacionamento estreito entre cidadania e luta por democracia, justiça e outros direitos

¹ Artigo disponível em meio eletrônico, sem data de publicação e paginação. O artigo não foi publicado em outros suportes, devido sua relevância ao tempo o mesmo foi utilizado nesta pesquisa.

fundamentais asseguradores de condições dignas de sobrevivência. De acordo com Araújo (1998, p. 6):

O desejo de libertar-se de estruturas sociais, que não permitem viver uma vida verdadeiramente humana é o passo inicial no processo de conscientização do homem. Entretanto esta consciência crítica/transformadora não se constrói espontaneamente, a partir meramente da existência dos problemas. Neste sentido, opressão / consciência crítica / conscientização / transformação da condição de opressão são passos fundamentais na caminhada pela conquista de condições humanas de vida. Estes passos se relacionam diretamente com o desenvolvimento de um processo de busca por direitos de cidadania.

Etimologicamente a palavra cidadania deriva da noção de cidade. Originalmente cidadão é o burguês, isto é, o habitante do burgo (cidade). Assim cidadão é aquele que, por morar no burgo, está capacitado a participar da vida neste contexto e, por conseqüência, da sociedade. Ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres. (ARAÚJO, 1998).

Ser cidadão é ter a consciência de que é sujeito de direitos, direito à vida, à saúde, à educação, à liberdade, à propriedade, à igualdade, direitos civis, políticos e sociais é acima de tudo sentir-se responsável pelo bom funcionamento das instituições. É interessar-se pelo bom andamento das atividades do Estado, exigindo, com postura de cidadão, que este seja coerente com os seus fundamentos, razoável no cumprimento das suas finalidades e intransigente em relação aos seus princípios constitucionais. Mas este é um dos lados da moeda. Cidadania implica também deveres. O cidadão tem de ter consciência das suas responsabilidades enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo que é a coletividade, a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento todos têm de dar sua parcela de contribuição. Somente assim se chega ao objetivo final, coletivo: a justiça em seu sentido mais amplo, ou seja, o bem comum. Como diz Dallari (1998, apud SANTANA, 200-):

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

Segundo Sousa (199-), a palavra cidadania, na concepção contemporânea, denota a conquista dos direitos, por meio de lutas de classe e conflitos ideológicos, na busca de melhores condições de vida. A literatura é rica em conceitos sobre cidadania (assistida, tutelada, conquistada, etc.), porém na prática, conquistá-la, ainda é uma árdua batalha. A participação é fundamental na luta por direitos garantidos - que com freqüência são violados - no regime democrático, como forma de pressão das massas.

4.1.1 Breve histórico sobre a Cidadania

Em tempos remotos da história encontram-se sinais de lutas sociais que remetem a busca pela cidadania. O autor Jaime Pinsky (apud JOSÉ, 2003), acredita que por volta do século VIII a.C. os profetas Isaías e Amós foram os precursores da cidadania, pois fizeram ecoar com intensidade pela primeira vez, desde que o mundo era mundo, o grito dos oprimidos e dos injustiçados, eles pregavam em favor do povo e contra os opressores:

Cessai de fazer o mal, aprendei a fazer o bem. Respeitai o direito, protegei o oprimido. Fazei justiça ao órfão, defendei a viúva. Portanto, já que explorais o pobre e lhe exigis tributo de trigo, edificareis casas de pedra, porém não habitareis nelas, plantareis as mais excelentes vinhas, porém não bebereis do seu vinho. Porque eu conheço as vossas inúmeras transgressões e os vossos grandes pecados: atacaís o justo, aceitais subornos e rejeitais os pobres à sua porta.

Com o passar do tempo, a idéia de cidadania vai tomando forma. Como afirma Santana (200-) que na Grécia de Platão e Aristóteles eram considerados cidadãos todos aqueles que estivessem em condições de opinar sobre os rumos da sociedade. Entre tais condições, estava a de que fosse um homem totalmente livre, isto é, não tivesse a necessidade de trabalhar para sobreviver, uma vez que o envolvimento nos negócios públicos exigia dedicação integral. Portanto, era pequeno o número de cidadãos, que excluía além dos homens ocupados (comerciantes, artesãos), as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Praticamente apenas os proprietários de terras eram livres para ter o direito de decidir sobre o governo. A cidadania grega era compreendida apenas por direitos políticos, identificados com a participação nas decisões sobre a coletividade.

Bernardes (1995 apud SANTANA, 200-) afirma que somente a partir das reformas de Clístenes² (509 a.c.), essa cidadania foi estendida a todo cidadão ateniense, que poderia inclusive exercer qualquer cargo de governo. Também é a partir de Clístenes, segundo ensina

² **Ano 509 a.C.** - Os Aristocratas tomam o Poder em Roma. Os patrícios constituem uma pequena minoria da população da cidade de Roma, há 136 famílias patrícias e só conseguem controlar o Estado devido ao apoio que recebem dos clientes. Os patrícios constituem eles próprios uma pequena minoria da população total da cidade. Muitas das instituições cívicas estabelecidas sob o governo dos últimos reis devem ter caído em desuso quando os aristocratas tomam o Poder este ano em Roma. Tarquínio, o Soberbo (rei etrusco de Roma) é deposto pelo Senado, a Assembleia dos Patrícios, sem dúvida por se ter mostrado favorável aos plebeus. A monarquia é então abolida e estabelece-se um novo regime, a República, que se manterá em Roma durante meio milénio. O povo entrega o governo a um dos membros dos Alcmeónidas, Clístenes. Será ele que, num conjunto de reformas, faz de Atenas uma democracia.

*Fustel de Coulanges*³, que a antiga aristocracia ateniense sofreu o seu mais duro golpe: Clístenes confirmou as reformas políticas de Sólon, introduziu também reformas na velha organização religiosa da sociedade ateniense.

Em Roma, também se encontra a idéia de cidadania como habilidade para exercer direitos políticos e civis, e também existia uma distinção entre os que possuíam essa habilidade e os que não a possuíam. A cidadania romana era conferida apenas aos homens livres, porém nem todos os homens livres eram considerados cidadãos. Segundo Bernardes (1995 apud SANTANA, 200-), em Roma existiam três classes sociais: os patrícios (descendentes dos fundadores), os plebeus (descendentes dos estrangeiros) e os escravos (prisioneiros de guerra e os que não saldavam suas dívidas). Existiam também os clientes, que eram homens livres, dependentes de um aristocrata romano que lhes fornecia terra para cultivar em troca de uma taxa e de trabalho.

A diferença básica entre patrícios e plebeus é que, apesar de homens livres os plebeus não eram considerados cidadãos, privilégio apenas dos patrícios, que gozavam de todos os direitos políticos, civis e religiosos. Essa desigualdade foi a maior causa de várias lutas internas, entre patrícios e plebeus. Após a reforma do Rei Sêrvio Túlio, os plebeus tiveram acesso ao serviço militar e lhes foram assegurados alguns direitos políticos. Só a partir de 450 a.C., com a elaboração da famosa Lei das Doze Tábuas⁴, foi assegurada aos plebeus uma maior participação política, o que se deveu em muito à expansão militar romana. O Direito Romano regulava as diferenças entre cidadãos e não-cidadãos. O direito civil (*ius civile*) regulamentava a vida do cidadão, e o direito estrangeiro (*ius gentium*) era aplicado a todos os habitantes do império que não eram considerados cidadãos. Pedro e Cáceres (1996 apud Santana 200-). Para Quintão (2001, apud SANTANA, 200-):

O Direito Romano, apesar de proteger as liberdades individuais e reconhecer a autonomia da família com o pátrio poder, não assegurava a perfeita igualdade entre os homens, admitindo a escravidão e discriminando os despossuídos. Ao lado da desigualdade extrema entre homens livres e escravos, o Direito Romano admitia a desigualdade entre os próprios indivíduos livres, institucionalizando a exclusão social.

3 **Numa Denis Fustel de Coulanges** (18 de março de 1830 - 12 de setembro de 1889) foi um historiador francês. Foi em Estrasburgo que ele publicou seu notável volume *La Cité antique* (1864), no qual ele mostrou força ao papel desempenhado pela religião na evolução política e social da Grécia e Roma.

4 A Lei das Doze Tábuas (*Lex Duodecim Tabularum*, em latim) constituía uma antiga legislação que está na origem do direito romano. Formava o cerne da constituição da República Romana e do *mos maiorum* (antigas leis não escritas e regras de conduta).

Seguindo o percurso da história percebemos que, o período da Idade Média teve início com a desintegração do Império Romano, no século V (476 d.C.) e foi tradicionalmente delimitado com ênfase em eventos políticos. Nessa transição ocorreram profundas alterações nas estruturas sociais. O período medieval foi marcado pela sociedade tipicamente estamental, com perceptível hierarquia de classes sociais: clero, nobreza e servos.

Como afirma Santana (200-) a igreja cristã passou a constituir-se na instituição básica do processo de transição para o tempo medieval. As relações cidadão-Estado, antes reguladas pelo Império, passam a ser controlados pelos ditames da Igreja cristã. A doutrina cristã, ao alegar a liberdade e igualdade de todos os homens e a unidade familiar, provocou transformações radicais nas concepções de direito e de estado.

Na época medieval, em razão dessa índole hierarquizada das estruturas em classes sociais, dilui-se o princípio da cidadania. O relacionamento entre senhores e vassallos dificultava bastante a definição desse conceito. O homem medieval, ou era vassallo, ou servo, ou suserano; jamais foi cidadão. Os princípios de cidadania e de nacionalidade dos gregos e romanos estariam “suspensos” e seriam retomados com a formação dos Estados modernos, a partir de meados do século XVII. (SANTANA, 200-).

Os primeiros sinais de desmoronamento do sistema que caracterizou o medieval foram a privatização do poder. Quintão (2001 apud SANTANA, 200-), diz que:

A queda da autoridade política foi precedida pela perda da tradição e pelo enfraquecimento dos credos religiosos institucionalizados; foi o declínio da autoridade religiosa e tradicional que talvez tenha solapado a autoridade política, e certamente provocado a sua ruína.

No final da Idade Moderna, observa-se um sério questionamento a respeito dos privilégios que a nobreza e clero insistiam em manter sobre o povo. É aí que começam a despontar figuras que marcariam a História da cidadania, como Rousseau, Montesquieu, Diderot, Voltaire e outros. Esses pensadores passam a defender um governo democrático, com ampla participação popular e fim de privilégios de classe e ideais de liberdade e igualdade como direitos fundamentais do homem.

Como vimos anteriormente a idéia de cidadania já existia, mas somente com o advento da Revolução Francesa o conceito de cidadania concretiza-se de maneira emblemática, como ressalta Araújo (1998, p. 7):

Politicamente a concepção deste conceito, concretiza-se de maneira emblemática, com a Revolução Francesa (1789, através dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade proclamados pela mesma através da Declaração dos Direitos do Homem

e do Cidadão. A concepção de que o ser humano é portador de direitos universais, que antecedem a instituição do Estado é uma das bases desse texto, que acabou por influenciar outro texto – a Declaração dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas/ONU, promulgada em 1948. Assim, o primeiro artigo desse texto coloca que : *“Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos.”*.

Silva (2003, p. 74) também refere-se a importância da Declaração dos Universal dos Direitos do Homem e à influência dos filósofos Rousseau e Locke para a constituição legitimada da cidadania:

Um dos princípios básicos dessa Declaração era o de que todos os cidadãos eram iguais perante a lei, e essa assertiva era fundamentada no jusnaturalismo, defendido por filósofos como Rousseau e Locke, que influenciaram as constituições de muitos países, inclusive a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, formulada pela Organização das Nações Unidas (ONU). O jusnaturalismo, em síntese, preconizava que a igualdade dos seres humanos era natural, e esta concepção explicitada na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: *“Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos.*

Desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, que o termo cidadania é um ideal almejado por todos. De acordo com a lei, todos têm garantido os direitos civis, políticos e sociais. A nossa Constituição de 1988, também chamada de “Carta da Cidadania”, está repleta de direitos (saúde, educação, habitação, segurança, etc.) assegurados por lei, que em parte, só figuram no papel. Desses direitos, o de educação é um dos mais abordados nos discursos da esfera política: é dever do Estado propiciar educação de qualidade para todos os cidadãos, através de suas instituições de ensino, com infra-estrutura completa para o bom funcionamento, inclusive o capital humano. De acordo com Demo (1996, p. 52 apud SOUSA, 199-) “a educação é precisamente condição necessária para desabrochar a cidadania, com vista à formação de sujeito do desenvolvimento, num contexto de direitos e deveres”.

Morigi, Vanz e Galdino (2002, p. 134) acreditam que a categoria cidadão foi tratada tradicionalmente como uma categoria territorial. No entanto, questões atuais relacionadas à agressão do meio ambiente, poluição da água e do ar e o desmatamento em um determinado país produzem efeitos em vários locais do planeta, rompendo a noção de cidadania enquanto categoria territorializada alicerçada no estado-nação e ampliando a noção de cidadão e cidadania, abrindo assim, novas perspectivas de entendimento e possibilidades para a efetivação da cidadania em escala planetária.

Uma referência importante para compreendermos a natureza e a evolução dos direitos de cidadania nos contextos sociais é o apresentado pelo autor inglês Marshall (1967, p. 57 apud ARAÚJO, 1998, p. 7):

- **o elemento civil** que é composto de direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e a de concluir contratos válidos e o direito à justiça;
- **o elemento político** que é composto pelo direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo;
- **o elemento social** que é composto pelo direito de um mínimo bem estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais.

4.1.2 Cidadania no Brasil

A história da cidadania no Brasil está diretamente ligada ao estudo histórico da evolução constitucional do País. A Constituição imperial de 1824 e a primeira Constituição republicana de 1891 consagravam a expressão cidadania. Mas, a partir de 1930, observa Bernardes (1995 apud SANTANA, 200-), ocorre uma nítida distinção nos conceitos de cidadania, nacionalidade e naturalidade. Desde então, nacionalidade refere-se à qualidade de quem é membro do Estado brasileiro, e o termo cidadania tem sido empregado para definir a condição daqueles que, como nacionais, exercem direitos políticos.

A história da cidadania no Brasil é praticamente inseparável da história das lutas pelos direitos fundamentais: lutas marcadas por violência, massacres, exclusão e outras variáveis que caracterizam o Brasil desde os tempos da colonização. Há um longo caminho ainda a percorrer: a questão indígena, a questão agrária, posse e uso da terra, concentração da renda

nacional, desemprego, miséria, analfabetismo, desigualdades e exclusão social, etc. Para Santana (200-):

No Brasil, os primeiros esforços para a conquista e estabelecimento dos direitos humanos e da cidadania confundem-se com os movimentos patrióticos reivindicativos de liberdade para o País, a exemplo da inconfidência mineira, canudos e outros. Em seguida, as lutas pela independência, abolição e, já na república, as alternâncias democráticas, verdadeiros dilemas históricos que custaram lutas, sacrifícios, vidas humanas.

Porém, no Brasil a cidadania ainda está em processo de formação. A segunda metade do século XX foi marcada por avanços sócio-políticos importantes: o processo de transição democrática, a volta de eleições diretas, a promulgação da Constituição de 1988 “batizada” pelo então presidente da constituinte Ulysses Guimarães de a “Constituição Cidadã”. Mas há muito que ser conquistado. E não se pode esperar que ninguém o faça senão os próprios brasileiros. A começar pela correção da visão distorcida que se tem em relação a concepções, conceitos e valores.

É inegável que o Brasil é um País extremamente desigual. Basta ver os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para questionarmos os motivos de tamanhos contrastes de desequilíbrios econômicos e sociais. E o que é pior: a cada pesquisa, as desigualdades aumentam a situação de ricos e pobres que parecem migrar para extremos opostos nessa escala de aprofundamento das injustiças sociais, ao contrário do que desejava Ulysses Guimarães (apud SANTANA, 200-), em seu discurso na Constituinte em 27 de julho de 1988:

Essa será a Constituição cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, vítimas da pior das discriminações: a miséria [...] Cidadão é o usuário de bens e serviços do desenvolvimento. Isso hoje não acontece com milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social.

A partir da Constituição de 1988, novos instrumentos foram colocados à disposição daqueles que lutam por um País cidadão. Enquanto consumidor, o brasileiro ganhou uma lei em sua defesa – o Código de Defesa do Consumidor; temos um novo Código de Trânsito; um novo Código Civil. Novas ONGs que desenvolvem funções importantíssimas, como defesa do meio ambiente, proteção à mulher, etc., foram criadas.

4.2 INFORMAÇÃO

Informação é uma palavra de origem latina, do verbo *informare*, que significa dar forma, colocar em forma, representar, criar, construir uma idéia ou uma noção. Na realidade existem muitas e varias definições para a palavra informação, cada uma mais complexa que outra. A partir de sua origem etimológica podemos perceber dois sentidos complementares para o conceito de informação. Assim temos que, a informação pode ser entendida como processo de atribuição de sentido, em termos de práticas informacionais diríamos que esse processo se dá através das ações de recepção e seleção das informações recebidas. Outro sentido pode ser formulado se considerarmos a informação como processo de representação, este processo ocorre através das ações de codificação, emissão, decodificação – uso de informação. Em termos de práticas informacionais diríamos que este processo estrutura-se através das ações de geração e transferência de informação. A partir de uma visão etimológica a informação pode ser conceituada como uma prática social que envolve ações de atribuição e comunicação de sentido. (ARAÚJO, 1998).

O conceito de informação como usado na linguagem cotidiana, no sentido de conhecimento comunicado, tem um importante papel na sociedade contemporânea. Este conceito ganhou relevância principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial com a disseminação global do uso das redes de computadores. Embora o conhecimento e a sua disseminação sejam fenômenos básicos de toda sociedade humana, é o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais que caracterizam a nossa sociedade como sendo uma sociedade da informação.

Em relação ao termo informação, Araújo (1992, p. 46) observa:

O que é informação? Considera-se que, de maneira ampla, ela é matéria-prima é o produto do processo de produção do conhecimento. A informação tem como caráter duplo (matéria-prima e produto) porque ela é utilizada em todos os momentos do processo de produção e disseminação do conhecimento.

A informação tornou-se uma necessidade crescente para qualquer setor da atividade humana e é indispensável mesmo que a sua procura não seja ordenada ou sistemática, mas resultante apenas de decisões intuitivas. O acesso às informações permite aos indivíduos aquisição de conhecimentos, o que é imprescindível para a conquista da cidadania, Araújo (1992, p. 46) considera que:

Todo conhecimento é social, pois é criação de um ser humano, histórico, fruto de determinada classe social, representante consciente ou inconsciente dos interesses provenientes da posição que o mesmo ocupa no processo produtivo. Assim sendo, a informação como matéria-prima e produto do processo de produção do conhecimento, é também social.

A informação é um insumo essencial a qualquer organização, no mundo globalizado ela tem um papel fundamental. A vida atual exige que os indivíduos sejam informados o tempo todo: é necessário conhecer notícias, fatos, instruções, padrões, regras de procedimentos, normas, estatísticas, etc. Mas, é necessário não esquecer que o mais importante não é a quantidade de informações disponível, e sim sua qualidade. Esta qualidade significa informações íntegras, atualizadas, precisas e no tempo certo para tomada de decisões. Dispor informação com qualidade pressupõe inteligência e habilidade para transformar a imensa massa de dados das organizações em informações consistentes, com valor agregado, confirmando tais colocações Cunha (2003, p. 3) considera que:

A quantidade de informações disponível nunca foi tão grande. Ora apesar de todos os sistemas de gestão desenvolvidos, dispomos atualmente de poucos instrumentos realmente eficazes para filtrar a informação pertinente, no momento certo, no enorme fluxo disponível no ciberespaço. Ora, este é um papel que cabe a nós, bibliotecários: filtrar informação, organizar e analisar informação.

4.3 A INFORMAÇÃO COMO FATOR ESSENCIAL À CIDADANIA

A informação é considerada um bem simbólico e o seu acesso é essencial para que a cidadania se efetive de forma plena. No entanto, sabe-se que a atuação do indivíduo na sociedade é definida por sua formação cultural e educacional. O conhecimento não é inato no indivíduo, ele é adquirido através da aprendizagem tácita – na descoberta e interação com o mundo que o cerca – ou formal – através das instituições sociais formadoras como a família, a igreja, a escola e a biblioteca. A escola é responsável pela formação do conhecimento formal adquirido, nela o indivíduo, ao longo do tempo, entra em contato com a informação nos mais variados formatos (MORIGI; VANZ; GALDINO, 2002, p. 138).

O direito à educação pressupõe de imediato o direito ao acesso à informação, uma vez que a informação é parte do processo educativo. Conforme Campos (1992 apud TARGINO 1997, p. 29):

[...] é em função da sociedade que a informação vai valer mais ou menos. Em tal perspectiva, a informação é direito de todos – interessa a todos e serve para todos. É um bem comum que pode e deve atuar como fator de integração, democratização,

cidadania, liberdade, dignidade pessoal e transformação dos valores instituídos, quando estes já não correspondem aos anseios da população. Não há exercício de cidadania sem informação, pois até o cumprimento de deveres ou reivindicação de direitos só se dá mediante a informação. Se não é item essencial à substância, como alimentação e vestuário, converte-se em necessidade do dia a dia, a tal ponto que consta como direito supremo do homem nas cartas magmas de várias nações, incluindo o Brasil.

O direito à informação antecede a prática dos direitos humanos, e se constitui no direito-síntese dos direitos sociais. Conforme Carvalho (1991, p. 1177 apud ARAÚJO 1992, p. 47), a Organização das Nações Unidas – ONU enfatiza o direito à informação e o direito à comunicação como fundamentais a todas as pessoas. Em termos de Brasil, dois pontos são importantes para esta análise. Em um primeiro momento, tem-se que o aspecto jurídico do acesso e divulgação da informação necessita de uma legislação específica (nova lei da imprensa e código de radiodifusão).

Em um segundo momento, deve-se considerar que, não basta apenas criar estruturas e estimular o acesso/uso/divulgação da informação. Tão ou mais importante do que isso é o processo de capacitação para uso de tais estruturas, ou seja, faz-se necessário, a implementação de um processo educacional eficiente que envolva toda a sociedade, analfabetos e alfabetizados, porque somente uma sociedade alfabetizada poderá utilizar e exigirá o constante acesso aos sistemas de informação impedindo assim, o controle autoritário dos mesmos por alguns poucos grupos sociais.

A relação entre informação e cidadania é que esta não se completa sem aquela, no sentido de produzir uma sociedade mais igualitária, entretanto essa cidadania não se constrói num movimento de fora para dentro, imposto por instâncias superiores, mas ao contrário, como afirma Arroyo (1996, p. 74 apud SOUSA, 199-) “[...] a cidadania se constrói como um processo que se dá no interior da prática social e política de classe”.

5 BIBLIOTECÁRIO X CIDADANIA

A questão da cidadania deixou de ser de interesse exclusivo das Ciências Humanas e Sociais. A Ciência da Informação também a elegeu como uma de suas prioridades, sobretudo com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a sociedade conectada através das redes, possibilitou com maior rapidez a disseminação da informação. Dessa forma, não apenas romperam-se as fronteiras entre as áreas do conhecimento que demarcavam campos rígidos do saber, mas também as questões relativas à cidadania tornaram-se questões globais, de interesse de todos os cidadãos planetários (MORIGI; VANZ; GALDINO, 2002).

É necessário entender que a concepção de cidadania e sua prática se desenvolvem no interior de instituições como a biblioteca, centro de documentação, multimeios, etc. Cidadania não pode ser doada, como parte de programas assistenciais disponibilizados pelo Estado. Antes de qualquer coisa, deve ser um ideal a ser conquistado, através de lutas pela igualdade de direitos, em prol daqueles marginalizados socialmente.

A cidadania não se constrói no imediatismo. Sua formação constitui-se num “processo lento e profundo, que leva gerações” Demo (1996, p. 55 apud SOUSA, 199-). Sujeitos organizados exigem o cumprimento de seus direitos e fazem cumprir seus deveres, para construção de uma sociedade mais justa.

Com o fenômeno da globalização o mundo passou a exigir profissionais cada vez mais qualificados, com habilidades para tomar decisões e bem se relacionar. Os profissionais e as unidades de informação são levados a participar ativamente do fluxo internacional da informação. Esta participação se realiza através de prestação de serviços a usuários virtuais que podem estar localizados em qualquer lugar do planeta. Para tal, cada unidade de informação deve ter produtos e serviços acessíveis de forma que esta informação possa circular livremente no ciberespaço⁵. Este acesso crescente e massivo do número de usuários remotos exige que as unidades de informação mudem seu foco de ação. (CUNHA, 2003, p. 2).

⁵ Ciberespaço é um espaço de comunicação que descarta a necessidade do homem físico para constituir a comunicação como fonte de relacionamento, dando ênfase ao ato da imaginação, necessária para a criação de uma imagem anônima, que terá comunhão com os demais. Apesar da internet ser o principal ambiente do ciberespaço, devido a sua popularização e sua natureza de hipertexto, o ciberespaço também pode ocorrer na relação do homem com outras tecnologias: celular, pagers, comunicação entre rádio-amadores e por serviços do tipo “tele-amigos”, por exemplo.

Não basta ser apenas uma unidade de informação (biblioteca, centro de documentação, ou multimeios, etc.), tem que ser de qualidade, capaz de formar sujeitos críticos, cidadãos. Nessa perspectiva, a bibliotecário inserido no mercado de trabalho, pode transformar a biblioteca como espaço de construção da cidadania, pois além de possuir um aparato informacional, que possibilita o despertar da consciência crítica, ponto fundamental para a formação do ser cidadão ela é um local privilegiado de debates, uma esfera de discussão política e uma instituição responsável pela democratização da informação. Conforme Morigi; Vanz; Galdino (2002, p. 134) “a informação é concebida como um elemento essencial para que os sujeitos sociais construam e exerçam sua cidadania. O bibliotecário se coloca como um mediador nesse processo, pois catalisa e dissemina a informação para a sociedade”.

O profissional bibliotecário trabalha com a informação, o elemento que, como vimos anteriormente, permite a todos o acesso ao mundo exterior, de forma autêntica e coerente, conquistando o status de cidadãos. Morigi; Vanz e Galdino (2002, p. 138), acreditam que o dever do bibliotecário enquanto cidadão ou enquanto profissional é agir como catalisador e difusor da informação na comunidade onde atua. E ainda afirmam que:

“A biblioteconomia moderna está cercada de atividades técnicas, que são, sem dúvida, importantes na manutenção de sistemas e para organização de bibliotecas e centros de informação. Nelas estão inseridos a geração e o gerenciamento eletrônico de documentos, mas, normalmente, esquece-se do papel social do profissional. Falta recuperar a função social da biblioteca”.

Para Targino (1991 apud MORIGI; VANZ; GALDINO, 2002, p. 138) “é necessário sobrepor a idéia da biblioteca como o armazenamento do saber, e assimilar que, no contexto atual, a biblioteca é uma rede de serviços de informação, e não mais a coleção estática de impressos e / ou audiovisuais”. Falta aos bibliotecários brasileiros a consciência de que a biblioteca pode atuar como instrumento de mudança social. O bibliotecário continua sendo identificado como um profissional totalmente apolítico, apático, neutro, distante das questões sociais e das discussões políticas. Entretanto com as mudanças pragmáticas, a emergência e consolidação da sociedade da informação e a universalização dos direitos à informação, uma nova postura é esperada desse profissional.

Segundo Targino (1997, p. 30) compete à biblioteconomia:

Desprender-se de suas tendências fortemente tecnicistas, e sem negar a otimização dos sistemas de informação resultante do emprego das novas tecnologias de informação e de comunicação, revelar a função social da biblioteca. Para tanto, é urgente sobrepor a idéia da biblioteca como instituição estática para assimilar que, na

modernidade, é ela um centro organizado de informações a serviço de **todos**. É preciso que o bibliotecário se conscientize de que é ou pode ser catalisador e difusor do conhecimento dentro da comunidade em que está integrado. Advém daí seu potencial político como ator social, reiterando a *Filosofia* da Práxis, que concebe o trabalho como um ato que permite ao homem transformar a natureza e outros homens, ao mesmo tempo que se autotransforma, consciente e intencionalmente, corroborando com a construção da sociedade e de si mesmo.

Tratar a informação é muito mais do que catalogar e classificar, ou seja, descrever e identificar o conteúdo temático dos documentos. Estes processos são apenas parte de um conjunto de ações que possibilitarão um cidadão a ter acesso a uma informação da qual necessita, seja ela técnica, científica, cultural, para lazer ou de utilidade pública. O importante é que o conteúdo que será disponibilizado, de alguma forma, irá aperfeiçoar o conhecimento de alguém e, conseqüentemente, contribuir para seu desenvolvimento pessoal, e mais, este conhecimento e o seu desenvolvimento fatalmente irão lhe propiciar um pensamento mais crítico, dando-lhe a possibilidade de melhor entender e questionar sua realidade. (SALES, 2004 p. 42).

É importante que a biblioteca (instituição e profissionais) reconheça cada usuário como um cidadão que, ao entrar na biblioteca, busca um bem, a princípio abstrato, que irá lhe trazer algum desenvolvimento profissional, pessoal, intelectual ou cultural e que, ao sair de lá, ele ainda estará buscando, pois a informação não é um bem definido, finalizado, portanto, ele voltará.

Por isso é necessário que uma biblioteca disponha de um bom acervo com recursos financeiros, que seja bem administrada e que tenha uma equipe bibliotecária competente, para poder oferecer além da informação usual, espaços de lazer e entretenimento, com exposições de fotografia, de arte, de dança, de teatro, etc. e que podem ser resultado de oficinas realizadas pela própria biblioteca. O mais importante é que essas atividades estejam relacionadas com a realidade de seus usuários.

Da mesma forma que os bibliotecários, a biblioteca também está tendo que adaptar os serviços a uma nova realidade que é composta por uma demanda muito grande de informação, por usuários mais exigentes e também por um enorme grupo de usuários potenciais, isto é, aqueles que têm necessidades informacionais, mas não buscam solucioná-las nas bibliotecas por desconhecer que este é um espaço reservado à busca de informações e à construção de conhecimento.

Atualmente, os bibliotecários são os profissionais que atuam o bem mais precioso do momento – a informação. Neste sentido, é necessário ao profissional fornecer a informação

certa, no momento certo para a pessoa certa. Isto significa dar aos cidadãos informações sobre os seus direitos e deveres, aos estudantes informações que possibilitem a realização de suas pesquisas, que esclareçam dúvidas, que despertem a curiosidade. Conforme Cunha (2003, p. 4) “é bom lembrar que as necessidade de informação das pessoas são dinâmicas, estão em mutação constante. Elas variam com o tempo, conforme as atividades exercidas e os interesses de cada pessoa em um determinado momento”.

6 METODOLOGIA

6.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

6.1.1 Quanto a forma de abordagem do problema:

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa do tipo quali./quant., ou seja, qualitativa e quantitativa, onde a análise dos dados utiliza de técnicas numéricas para classificar e analisar parte dos resultados e a outra parte utiliza-se de interpretações dos dados, essa parte é realizada a partir de análises mais dissertativas, de menos cálculos, com uma predominância de categorizações. De qualquer forma, como sempre haverá explicações sobre fenômenos, cálculos e resultados quantitativos, esta pesquisa tem em si os dois métodos. A classificação é, em alguns casos, sutil, mas na maioria das vezes se distingue pela predominância de técnicas analíticas quantitativas ou qualitativas, balizadas pelo próprio fenômeno estudado.

6.1.2 Quanto aos seus objetivos e métodos:

Trata-se de uma pesquisa exploratória, onde seu objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema com o intuito de torná-la explícita ou construir hipóteses. E o método utilizado foi o Levantamento, por se tratar de um método que ocorre quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer através de algum tipo de questionário. (GIL, 2002 apud PEREIRA, 2005).

6.2 CAMPO DE PESQUISA

A delimitação do campo de estudo desta pesquisa deu-se a partir dos bibliotecários atuantes na cidade de Goiânia – GO, que estão inscritos no Conselho Regional de Biblioteconomia 1ª Região - CRB-1 (que abrange o Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Num primeiro momento, contatou-se a Delegada do CRB-1 no Estado de Goiás, e através desse contato foi concedido uma listagem com nome e e-mail de todos os

bibliotecários de Goiânia inscritos ao CRB-1. A partir destas considerações temos aqui o campo de pesquisa que foi delimitado por uma amostra aleatória de 17 pesquisados.

7 ETAPAS DA PESQUISA

7.1 COLETA

No dia 22 de setembro de 2008, foi enviado via e-mail (foi escolhido esse meio por questão de tempo) um comunicado e pedido de autorização para participar desta pesquisa para 267 pessoas, das quais 22 pessoas confirmaram o envio do questionário. Deste número de bibliotecários tivemos que subtrair 2 profissionais, 1 bibliotecário atuava na cidade de Aparecida de Goiânia e a outra pessoa ainda não havia formado.

A partir daí, para realização do pré-teste, foi enviado o questionário para as duas primeiras pessoas que retornaram ao e-mail enviado. Após o retorno do pré-teste não foram identificados problemas com o questionário. Desta forma, foi dada continuidade à pesquisa.

Foram enviados os questionários para 18 bibliotecários. Foi estipulado uma semana como prazo de retorno do questionário. Passado este tempo, apenas 7 pessoas deram o retorno, por este motivo, foi concedido mais uma semana de prazo. Passado estas 2 semanas, conseguiu-se 17 retornos.

7.2 ORGANIZAÇÃO

Nesta etapa os dados quantitativos foram organizados por meio de percentuais. Estes por sua vez, foram apresentados por meio de gráficos.

Os dados qualitativos foram organizados por meio de Categorias Temáticas; ou seja, por meio da reunião de “elementos” ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. (MINAYO, 1992 apud GOMES 1994, p. 70).

8 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

8.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PESQUISADOS

Dos 17 questionários respondidos, foi possível constatar que em termos de faixa etária, 35% dos pesquisados compreende a faixa etária de 26 a 31 anos; 18% compreende a faixa etária de 38 a 43 anos; 18% corresponde a faixa etária de 44 a 49 anos; 12% mais de 50 anos; 12% de 20 a 25 anos e apenas 6% corresponde de 32 a 37 anos. Esses dados estão apresentados no Gráfico 1.

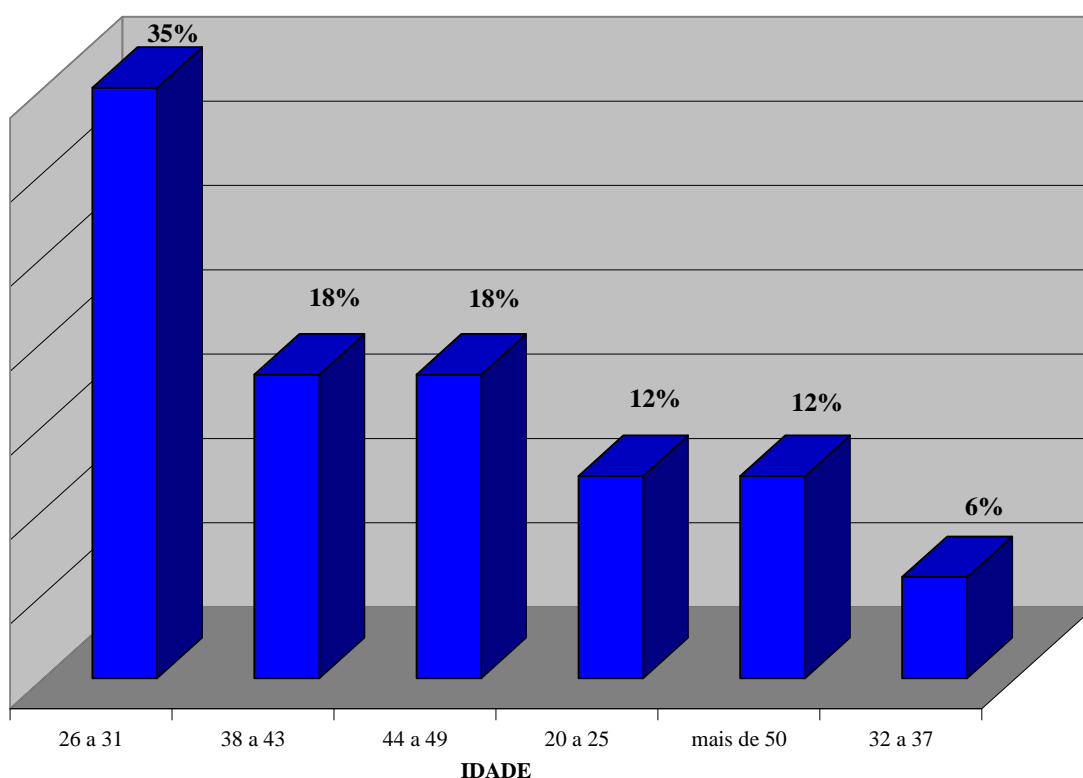


Gráfico 1 – Faixa etária

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008

Em termos de sexo, temos que 82% dos entrevistados são do sexo feminino, enquanto que 18% são do sexo masculino. Podemos perceber que tradicionalmente o mercado de trabalho da Biblioteconomia ainda atrai mais as mulheres que os homens. Conforme foi descrito no texto acima, temos o Gráfico 2 para melhor ilustrar esta situação.

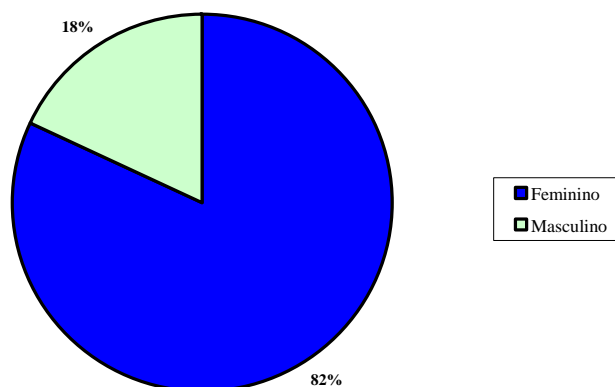


Gráfico 2 - Sexo

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008

Em relação ao salário temos que, 53% dos pesquisados recebem entre 4 a 7 salários mínimos; 23% recebem entre 1 a 3 salários mínimos; 18% recebem mais de 12 salários mínimos; enquanto que 6% recebem entre 8 a 11 salários mínimos. Através da pesquisa, percebeu-se que os pesquisados que declararam receber mais de 12 salários mínimos pertencem a faixa etária de 44 a mais de 50 anos. Já os pesquisados que declararam receber entre 1 a 3 salários mínimos percebeu-se que além de pertencerem a faixa etária de 20 a 31 anos, também identificou-se que são pessoas que se formaram mais recentemente, entre 2002 e 2005. Os dados apresentados podem ser visualizados no Gráfico 3.

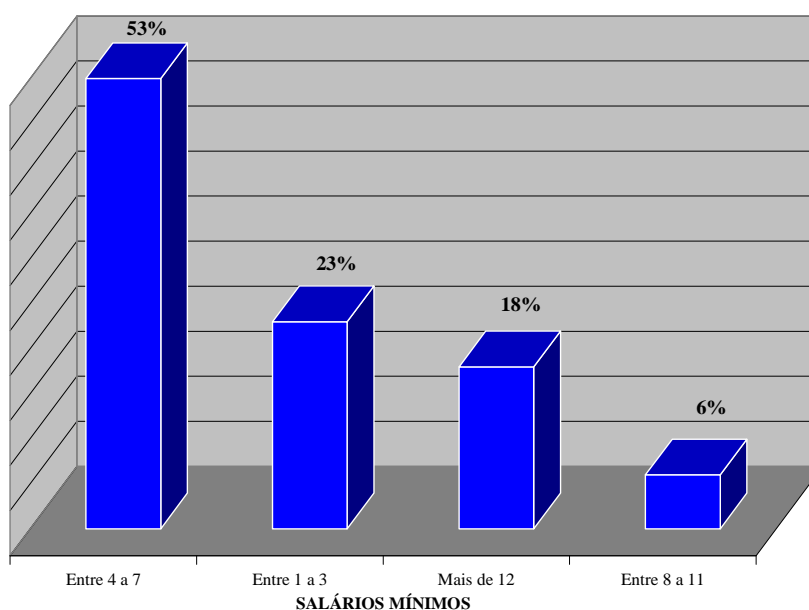


Gráfico 3: Faixa salarial

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008

8.2 BIBLIOTECÁRIOS – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Objetivando aprofundar a nossa compreensão sobre a atuação profissional dos bibliotecários pesquisados, indagamos sobre as atividades desenvolvidas na Unidade de Informação nas quais os mesmos atuam. Os dados obtidos em relação a esta questão está apresentado no Gráfico 4.

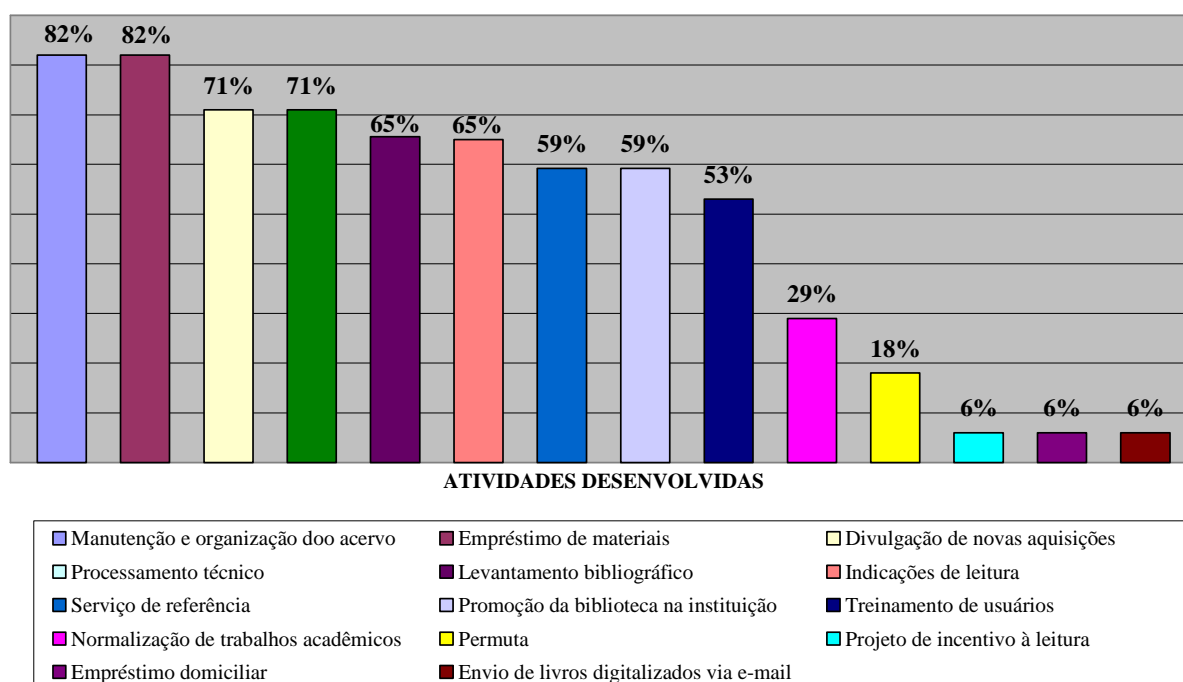


Gráfico 4 – Atividades desenvolvidas – Unidade de informação

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008

A partir do Gráfico 4 podemos observar que as atividades desenvolvidas pelos bibliotecários pesquisados não fogem da atuação profissional tradicional.

Por outro lado, nos chamou a atenção atividades que não foram listadas no questionário, mas que foram apresentadas pelos pesquisados, tais como: empréstimo domiciliar; envio de livros digitalizados via e-mail e projeto de incentivo à leitura.

8.3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL E PRÁTICA DE CIDADANIA

Objetivando identificar a visão dos pesquisados sobre a relação da atuação profissional dos mesmos e o desenvolvimento de práticas de cidadania, indagamos sobre o conceito de cidadania.

A partir da organização dos dados qualitativos relativos a esta questão obtivemos 8 categorias temáticas, que estão apresentadas no quadro a seguir:

Cidadania – Acesso à Informação
Cidadania – Direitos e Deveres
Cidadania – Igualdade, Participação e Liberdade de expressão
Cidadania – Direitos Humanos, Políticos, Cíveis e Sociais
Cidadania – Concessão do Estado
Cidadania – Direitos e Deveres Reivindicados
Cidadania – Consciência do Indivíduo (cidadania enquanto questão ambiental)
Cidadania – Respeito às Normas de Conduta

Quadro 1 – Categoria temática – Conceito de cidadania

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008

A primeira categoria relaciona a cidadania ao acesso à informação. Conforme Targino (1991, p. 155 apud MORIGI; VANZ; GALDINO, 2002, p. 138) podemos perceber essa relação: “a informação é um bem comum, que pode e deve atuar como fator de integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação, dignidade pessoal”. A autora em destaque afirma que: “[...] não há exercício de cidadania sem informação. Isto porque até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais, o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los e isto é informação”.

A segunda categoria temática (Cidadania – Direitos e Deveres) e a quinta categoria temática (Cidadania – Concessão do Estado), apresentam a cidadania como uma relação de Direitos e Deveres (Cidadania Estatal). Aqui podemos considerar que a cidadania está sendo colocada como um espaço de relação do indivíduo (Direitos) com o Estado (Deveres); ou seja, aqui temos a cidadania como obra do Estado e o cidadão como receptor passivo desta ação.

Por outro lado temos a sexta categoria temática que considera a cidadania como uma relação de Direitos e Deveres Reivindicados. Aqui temos uma outra visão de cidadania Benevides (1991 apud ARAÚJO, 1998, p.38) afirma que cidadania ativa “é a possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou sobre os poderes”. Um dos fundamentos dessas ações políticas é a informação, pois é através dela que os sujeitos sociais se comunicam, se articulam e se expressão. Assim num contexto de práticas de cidadania a informação constitui-se em elemento de ação diretamente política.

A terceira categoria temática coloca a cidadania como um espaço de igualdade, participação e liberdade de expressão. Em termos do primeiro elemento – cidadania como espaço de igualdade, não foi localizada na literatura pertinente esta compreensão. Entretanto esta compreensão é interessante por que destaca a possibilidade/necessidade na atual sociedade, de primeira dinâmica/discussão sobre as possibilidades de igualdade, de tratamento dos diferentes sexos, faixa etárias, grupos étnicos. Nesse sentido, a cidadania constitui-se num espaço de discussão importante. Em relação aos outros elementos citados – participação e liberdade de expressão, temos que o conceito de cidadania ativa citado anteriormente confirma tal compreensão.

A quarta categoria temática apresenta a cidadania como espaço de direitos – humanos, políticos, civis e sociais. Temos aqui uma visão unilateral do conceito de cidadania, onde o cidadão é detentor de diferentes tipos de direito, mas não se considera que este mesmo cidadão também deveria ter deveres em relação ao seu grupo social e a sociedade como um todo.

A sétima categoria temática coloca a cidadania como uma ação individual, pois a considera como uma dinâmica que surge na consciência dos indivíduos, podemos perceber isso com o pensamento de Giddens (1991 apud ARAÚJO, 1998, p. 12):

A globalização é um processo de intensificação de relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. [...] podemos perceber que dois pontos se destacam em relação a globalização. Um primeiro ponto evidencia que a globalização não se restringe a esfera econômica, mas que descreve também fenômenos da esfera social, cultural, política e ambiental. Um segundo ponto se relaciona a questão da cidadania e globalização. Tal inter-relação tem evidenciado que questões de cidadania a nível local estão se tornando questões globais.

Esta visão relaciona-se a questão sócio ambiental que envolve todo o planeta, ou seja, envolve uma consciência planetária.

A oitava categoria temática coloca a cidadania como espaço de normas de conduta que devem ser respeitadas. Esta categoria se opõe a quarta categoria, onde o cidadão é detentor de todos os direitos. Na oitava categoria temática o cidadão deve respeito/obediência às normas de conduta pré-estabelecidas.

A partir dos comentários feitos anteriormente, podemos considerar que alguns conceitos têm relevância. Porém acreditamos que a cidadania não pode ser doada, como parte de programas assistenciais disponibilizados pelo Estado, Governo ou País. Acreditamos que a cidadania deve ser um ideal a ser conquistado, através de lutas pela igualdade de direitos, em prol daqueles marginalizados socialmente.

Em relação aos conceitos de cidadania podemos considerar que mais da metade destes apresentaram uma visão esclarecida e atual do conceito de cidadania. Por outro lado, alguns conceitos coletados (cidadania como uma relação de direitos e deveres; cidadania como concessão do Estado; cidadania como respeito às normas de conduta) revelam uma visão restrita do conceito de cidadania.

Em seguida perguntamos para os pesquisados se sua atuação profissional estimula o desenvolvimento de práticas de cidadania, e 100% dos entrevistados responderam que sim, como podemos observar no gráfico 5 a seguir:

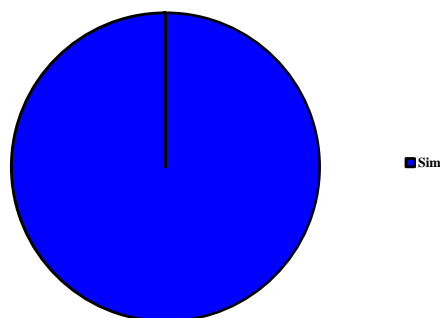


Gráfico 5 – Atuação profissional – Práticas de cidadania

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008

Em seguida pedimos para os pesquisados descreverem de que forma a atuação profissional estimula o desenvolvimento de práticas de cidadania.

A partir da organização dos dados qualitativos relativos a esta questão obtivemos 6 (seis) Categorias Temáticas, que estão apresentadas no Quadro 2.

Biblioteca – espaço Coletivo de Direito de todos
Estímulo – Leitura
Mediação – Conhecimento
Aluno de Biblioteconomia – Competências Informacionais
Acesso à informação
Não respondeu

Quadro 2 – Categoria temática - Atuação profissional e desenvolvimento de práticas de cidadania

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008

A primeira categoria temática relaciona a biblioteca como espaço coletivo de direito de todos. A biblioteca é um espaço de construção da cidadania, pois além de possuir um aparato informacional, que possibilita o despertar da consciência crítica, ponto fundamental para a formação do ser cidadão ela é um local privilegiado de debates, uma esfera de discussão política e uma instituição responsável pela democratização da informação.

Outra categoria formulada considera que o estímulo à prática de leitura contribui para o desenvolvimento de práticas de cidadania. Ler, interpretar, ter acesso à várias fontes de leitura é a base para formação de um cidadão, é isso que as bibliotecas escolares deveriam estimular, através de projetos de incentivo à leitura, as crianças e adolescentes não só o hábito mas o prazer de ler e a necessidade de se informa para que possa interpretar e questionar a realidade que o cerca. Blattmann e Viapiana (2005) reforça essa idéia:

A pessoa para poder interagir na comunidade em que reside ou trabalha necessita de informação. A informação pode auxiliar direta ou indiretamente o ser humano seja para o desenvolvimento da sua identidade, cidadania, e desempenho profissional. A leitura torna-se mola propulsora de seu auto-desenvolvimento. Nos ambientes de acesso e uso da informação é necessário promover e fortalecer o processo da leitura, reflexão e debate. As ações leitoras precisam acontecer em espaços educacionais, desde o ambiente familiar aos ambientes de ensino fundamental e também no ensino profissionalizante, indiferente se para crianças, jovens, adultos e idosos. Porém as ações de leitura necessitam de planejamento, organização e execução. Não basta ler, precisa haver análise do que se lê, discutir e interpretar para dar sentido e conseqüentemente fazer uso da leitura. Isto significa reforçar a competência individual e coletiva no entender, utilizar, refletir e discutir utilizando os processos de escrita e de leitura para interagir na sociedade.

A terceira categoria temática relaciona a atuação profissional com a mediação do conhecimento, conforme Morigi; Vanz; Galdino (2002, p. 138):

O conhecimento não é inato no indivíduo, ele é adquirido através da aprendizagem tácita – na descoberta e interação com o mundo que o cerca – ou formal – através das

instituições sociais formadoras como a família, a igreja, a escola e a biblioteca. A escola é responsável pela formação do conhecimento formal adquirido, nela o indivíduo, ao longo do tempo, entra em contato com a informação nos mais variados formatos.

A quarta categoria temática (alunos de Biblioteconomia – competências informacionais) foi apresentada como atuação profissional dos docentes de Biblioteconomia. Esta relação é de extrema importância, pois no caso dos futuros bibliotecários, são desenvolvidas, principalmente, competências informacionais que permitem a este indivíduo identificar às necessidades informacionais dos usuários, localizar as informações, avaliá-las e utilizá-las corretamente, com ética, responsabilidade e profissionalismo. Consideramos que tal situação está intimamente relacionada à prática de cidadania.

A quinta categoria temática é o acesso à informação. Esta categoria é essencial para que a cidadania se efetive no ambiente de atuação profissional dos entrevistados. O direito à educação pressupõe de imediato o direito ao acesso à informação, uma vez que a informação é parte do processo educativo. Conforme Campos (1992 apud TARGINO, 1997, p. 29):

[...] é em função da sociedade que a informação vai valer mais ou menos. Em tal perspectiva, a informação é direito de todos – interessa a todos e serve para todos. É um bem comum que pode e deve atuar como fator de integração, democratização, cidadania, liberdade, dignidade pessoal e transformação dos valores instituídos, quando estes já não correspondem aos anseios da população. Não há exercício de cidadania sem informação, pois até o cumprimento de deveres ou reivindicação de direitos só se dá mediante a informação. Se não é item essencial à substância, como alimentação e vestuário, converte-se em necessidade do dia a dia, a tal ponto que consta como direito supremo do homem nas cartas magmas de várias nações, incluindo o Brasil.

A sexta e última categoria temática apresentada foi a ausência de respostas. Um dos pesquisados (6%) não conseguiu identificar nenhuma prática de cidadania no ambiente em que trabalha.

Em relação à atuação profissional dos bibliotecários e as práticas de cidadania, podemos considerar que os bibliotecários pesquisados tem uma compreensão clara da mesma, pois as categorias temáticas obtidas são pertinentes à dinâmica de desenvolvimento de práticas de cidadania.

8.4 ELEMENTOS ESTIMULADORES E PREJUDICIAIS

Indagamos aos pesquisados que elementos estimulavam ou prejudicavam o desenvolvimento pleno de práticas de cidadania no contexto ao qual atuam.

Os elementos estimuladores citados podem ser vistos no quadro 3:

Treinamento de usuários
Acesso à Informação
Acesso à Informação – Usuários Especiais
Aulas Participativas – Projeto de Pesquisa – Visitas Técnicas
Doação de Livros – Bibliotecas Escolares, Creches, Presídios, etc.
Não Respondeu

Quadro 3 – Categoria temática – Elementos estimuladores

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008

A primeira categoria temática considera o treinamento de usuários como elemento estimulador. Esta categoria é essencial para o desenvolvimento de práticas de cidadania dentro das unidades de informação, pois não adianta termos unidades de informações repletas de informações tratadas, organizadas e atualizadas se o usuário não consegue encontrá-las. É no treinamento de usuários que os usuários conhecem a biblioteca, a forma de organização da informação, como buscá-la, encontrá-la, enfim, é no treinamento que os usuários são apresentados à biblioteca. Sem o treinamento de usuários, a biblioteca, corre sério risco de não fazer a sua parte: “Permitir o acesso à informação”, para isso, não basta somente disponibilizar a informação.

A segunda categoria temática refere-se ao acesso a informação. Esta categoria é um elemento estimulador, além de ser importantíssima para o desenvolvimento de práticas de cidadania, pois a informação é fator essencial para a efetivação da cidadania. Como podemos perceber em Cunha (2003, p.3): “A informação, sem dúvida alguma, é um insumo essencial a qualquer organização, no mundo globalizado ela tem um papel fundamental. A vida atual exige que os indivíduos sejam informados o tempo todo: é necessário conhecer notícias, fatos, instruções, padrões, regras de procedimentos, normas, estatísticas, etc.”.

A terceira categoria temática refere-se ao acesso a informação aos usuários especiais como elemento de estímulo no desenvolvimento de práticas de cidadania. Consideramos a

presença de rampas e elevadores nas unidades de informação, acervo com material em Braille para os deficientes visuais, envio de livros e artigos digitalizados via e-mail para os deficientes auditivos. Com certeza todas essas práticas são essenciais para a efetivação de prática de cidadania. Como coloca Dagnino (1994, p. 103 apud ARAÚJO 1998, p. 12):

Não se trata de recusar a diferença, mas de entender o que ela designa. Eu gostaria de afirmar (...) a existência de um vínculo intrínseco entre a igualdade e a diferença. (...) No campo da cidadania, a diferença emerge enquanto reivindicação precisamente na medida em que ela determina desigualdade. A afirmação da diferença está sempre ligada à reivindicação de que ela possa ser vivida sem que isso signifique, sem que se tenha como consequência, o tratamento desigual, a discriminação. (...) O direito a diferença, específica, profunda e amplia o direito à igualdade.

A quarta categoria temática, aulas participativas – projetos de pesquisa – visitas técnicas, que foi apresentada pelos docentes do curso de Biblioteconomia, caracterizam-se, como elementos estimuladores para os profissionais pesquisados que atuam como docentes. Com as aulas participativas os alunos estão sempre motivados a dar sua opinião, a pesquisar a respeito dos temas atuais, instigando à crítica individual e ao mesmo tempo em que o respeito à opinião alheia deve ser respeitado.

A quinta categoria temática apresenta a doação de livros para bibliotecas escolares, creches, presídios, etc. como elemento estimulador. Essa categoria viabiliza o acesso à informação para grupos sociais que estão em situação especial, principalmente presidiários. Tal situação cria possibilidades de desenvolvimento de práticas de cidadania em tais contextos.

Dos itens presentes no quadro 3 percebe-se que ainda em relação devemos salientar a ausência de respostas de 3 pesquisados. A ausência de colocações sobre essa temática nos causou constrangimento, pois denota a ausência de ações efetivadas.

Considerando essa relação, elementos estimuladores, percebemos que os Bibliotecários pesquisados levantaram categorias temáticas que realmente se configuram como elementos de estímulo ao desenvolvimento de práticas de cidadania.

Os elementos prejudiciais citados podem ser vistos no Quadro 4.

Custos da Informação
Desatualização e volume da Informação
Acesso Restrito á Informação
Usuários – Problemas de Aprendizado
Usuários Especiais – Reduzida Acessibilidade
Investimentos Reduzidos na Estrutura da Biblioteca
Indefinição de Política Cultural
Aluno – Reduzida Consciência
Não Respondeu

Quando 4 – Categoria Temática – Elementos Prejudiciais

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008

Em relação aos elementos prejudiciais o primeiro item cita os custos da informação. Este aspecto realmente influencia de forma prejudicial o acesso e uso da informação, pois a informação no contexto da atual sociedade adquire características de mercado e os altos custos inerentes à aquisição da mesma podem inviabilizar o seu acesso e uso. Essa realidade pode ser percebida na citação de Araújo (1992, p. 46):

A ditadura da desinformação é uma das formas de submissão das classes sociais populares às classes dominantes no contexto da sociedade capitalista. Este tipo de sociedade é um modo de produção fundamentado na mercadoria, e esconde sob a aparência de relação justa (de troca de equivalente), uma relação de desigualdade e exploração. Nesse contexto social, a informação deixa de ser considerada um bem comum, e assim, passa ser a mercadoria por excelência, principalmente nas atuais sociedades pós-industriais.

O segundo item apresentado – desatualização e volume da informação, relaciona-se com a rapidez com que a informação é gerada e disseminada no atual contexto. Diante dos altos custos e da necessidade de atualização constante os usuários da informação tendem a se prejudicar.

A quantidade de informações disponível nunca foi tão grande. Ora apesar de todos os sistemas de gestão desenvolvidos, dispomos atualmente de poucos instrumentos realmente eficazes para filtrar a informação pertinente, no momento certo, no enorme fluxo disponível n ciberespaço. Ora, este é um papel que cabe a nós,

bibliotecários: filtrar informação, organizar e analisar informação (CUNHA, 2003, p. 3).

O terceiro item coloca o acesso restrito à informação como um elemento prejudicial. Consideramos que qualquer restrição em termos de acesso e uso da informação caracteriza-se como elemento prejudicial.

O quarto e o oitavo item tratam dos problemas de aprendizagem dos usuários e da reduzida consciência e interesse dos alunos. Neste item o usuário da informação e sua reduzida capacidade de acessar e utilizar a informação acabam por inviabilizar o uso da informação como elemento de acesso à cidadania. Podemos perceber essa realidade na pesquisa realizada pelo IBGE citada por Lima, (2001 apud SALES, 2004, p. 43) “O Brasil é um país que apresenta um índice altíssimo de analfabetismo. O IBGE considera analfabetos funcionais, as pessoas que têm menos de quatro anos de estudo. E eles são nada menos que 30% (precisamente 29,4%) da população brasileira com 15 anos de idade ou mais”.

[...] o subdesenvolvimento nacional começa numa escola que, mesmo tendo uma biblioteca, não sabe o que fazer com ela, pois dentro do sistema de ensino que prevalece não há lugar para ela. A aversão pela leitura começa no curso básico e se estende até a universidade. Já nesse tempo de primário as crianças aprendem a executar tarefas, a desincumbir-se de formalidades escolares. Aprendem as respostas que devam dar, sem que formulem as suas próprias e façam críticas. É na escola que se aprende a ler e, paradoxalmente, a não ter prazer pela leitura (MILANESI, 1983, p. 86).

O quinto item trata da reduzida acessibilidade à informação por parte de usuários especiais. Atualmente a questão da acessibilidade tem sido muito discutida, e constitui-se como um direito de cidadania.

O sexto item trata dos investimentos reduzidos na estrutura da biblioteca como elemento prejudicial. Neste item, temos registrada a ausência sistemática de diferentes ordens de recursos para manutenção de bibliotecas. O tradicional quadro de ausências evidencia espaços físicos inadequados, mobiliário gasto, acervos desatualizados, remuneração salarial inadequada, etc.

A ausência de bibliotecas quase sempre é explicada pela falta de recursos. Sem querer discutir os orçamentos municipais, que, por vezes, dão prioridades a fontes luminosas ou a realizações menos importantes, pode ser ressaltado que uma biblioteca não é tão cara quanto imagina o prefeito que ainda não asfaltou todas as ruas de seu município. E, na relação quase sempre polêmica entre o custo e o benefício, a biblioteca poderá surgir como um supérfluo caro ou como uma necessidade relativamente barata. Tudo dependerá da ótica do administrador. [...] A questão do espaço é complexa, dependendo também da visão que se tem da biblioteca. Alguns arquitetam um espaço que se resume basicamente em dois

ambientes: o depósito de livros e o local de leitura, além de salinhas secundárias. [...] um outro problema que afeta diretamente o desenvolvimento das bibliotecas brasileiras é a mão-de-obra. A maioria das bibliotecas públicas brasileiras não tem bibliotecários. Quem exerce a função geralmente são funcionários das prefeituras sem os requisitos para tal (MILANESI, 1983, p. 93).

O sétimo item traça uma indefinição de política cultural, este fato constitui-se numa triste tradição que envolve as Unidades de Informação, principalmente bibliotecas públicas e escolares. Tal situação atua-se como elemento de desestímulo.

O nono item apresentado como elemento prejudicial, realmente constitui-se em grande prejuízo, pois 4 dos pesquisados (23%) não conseguiram identificar nenhum elemento prejudicial ao desenvolvimento de práticas de cidadania no ambiente em que trabalham.

Em relação aos elementos prejudiciais, podemos considerar que os bibliotecários pesquisados tem uma compreensão clara da mesma, pois as categorias temáticas apresentadas realmente apontam elementos que prejudicam a atuação profissional e o desenvolvimento de práticas de cidadania, tais como, custos da informação; desatualização e volume da informação; acesso restrito à informação; problemas de aprendizado por parte dos usuários; reduzida acessibilidade para os usuários especiais; investimentos reduzidos na estrutura da biblioteca; indefinição de política cultural; reduzida consciência por parte dos alunos. Todas estas categorias temáticas obtidas retratam a realidade da atuação profissional do bibliotecário da cidade de Goiânia, Go.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história nos mostra, que a cidadania vem se concretizando por meio de lutas e reivindicações realizadas por grupos sociais inconformados com a desigualdade a que estão submersos. É necessário entender que a compreensão de cidadania e sua prática se desenvolvem no interior de unidades de informação, como as bibliotecas, centros de documentação, multimeios, etc.

Tendo em vista uma nova configuração histórico-social em relação à atuação profissional do Bibliotecário, a informação e a cidadania, este trabalho objetivou, através de uma pesquisa realizada juntamente com os profissionais bibliotecários atuantes na cidade de Goiânia - Go, analisar a relação da atuação profissional do bibliotecário e o desenvolvimento de práticas de cidadania.

Por meio da pesquisa identificamos que em relação aos conceitos de cidadania apresentados pelos pesquisados, podemos considerar que mais da metade destes apresentaram uma visão esclarecida e atual sobre o assunto. Por outro lado, alguns conceitos coletados (cidadania como uma relação de direitos e deveres; cidadania como concessão do Estado; cidadania como respeito às normas de conduta) revelam uma visão restrita do conceito de cidadania.

Em relação à atuação profissional dos bibliotecários e as práticas de cidadania, podemos considerar que os bibliotecários pesquisados têm uma compreensão clara da mesma, pois as categorias temáticas obtidas são pertinentes à dinâmica de desenvolvimento de práticas de cidadania.

Considerando os elementos estimuladores, percebemos que os bibliotecários pesquisados levantaram categorias temáticas que realmente se configuram como elementos de estímulo ao desenvolvimento de práticas de cidadania. Tais práticas são estimuladas por meio do acesso à informação, estímulo à leitura e mediação do conhecimento.

Em relação aos elementos prejudiciais, podemos considerar que os bibliotecários pesquisados têm uma compreensão clara dos mesmos, pois as categorias temáticas apresentadas realmente apontam elementos que prejudicam a atuação profissional e o desenvolvimento de práticas de cidadania, tais como, custos da informação; desatualização e volume da informação; acesso restrito à informação; problemas de aprendizado por parte dos usuários; reduzida acessibilidade para os usuários especiais; investimentos reduzidos na estrutura da biblioteca; indefinição de política cultural; reduzida consciência por parte dos

alunos. Todas estas categorias temáticas obtidas retratam a realidade da atuação profissional do bibliotecário da cidade de Goiânia, Go.

Após a realização desta pesquisa foi possível perceber que os bibliotecários atuantes em Goiânia, compreendem a importância da informação para o acesso à cidadania. É perceptível a responsabilidade profissional destes bibliotecários, visto que, a maior parte dos pesquisados desenvolvem atividades que possibilitam ao indivíduo o desenvolvimento de práticas de cidadania. Apesar da constante atuação verificada com esta pesquisa, compreendemos a importância de formação acadêmica voltada para a questão da informação como ponte para a cidadania. É necessário que a profissionalização do bibliotecário seja abrangente e não se limite apenas à técnica.

O bibliotecário é um agente social e deve reconhecer-se como tal, é imprescindível que haja incentivos, acima de tudo interesse pessoal e audácia para que a construção de uma sociedade mais democrática e humana não seja apenas uma utopia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A construção social da informação: práticas informacionais no contexto de organizações Não-Governamentais/ONGs brasileiras**. 1998. 221 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 1998. Cap. 1.

_____. Informação, cidadania e sociedade no Brasil. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p.42-49, Jan./dez.1992.

BLATTMANN, Ursula; VIAPIANA, Noeli. Leitura: instrumento de cidadania. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 21, **Anais**. 2005, Curitiba, 2005. Disponível em <http://www.geocities.com/ublattmann/papers/ao55.html>. Acesso em 27/04/08.

CUNHA, Miriam Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia**, Florianópolis, n. 15, p.1-6, 2003. Semestral. ISSN: 1518-2924. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/99/5234>. Acesso em 28/10/2008.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 67-80.

JOSÉ, Emiliano. **História da cidadania: Uma trilha de lágrimas**. Site Pessoal: Salvador, jul. 2003. Disponível em: <<http://www.emilianojose.com.br/artigos.php?ID=37>>. Acesso em: 09 set. 2008.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção primeiros passos)

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de Souza; GALDINO, Karina. O bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Revista Acb: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p.134-147, 2002. ISSN: 1414-0594.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. **A questão cidadania na sociedade da informação**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a4.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2008.

SALES, Fernanda de. O ambiente escolar e a atuação bibliotecária: o olhar da Educação e o olhar da Biblioteconomia. **Enc. Bibli: R. Eletr. Biblioteconomia**, Florianópolis, n. 18, p.40-57, 2004. 2º Sem..

SANTANA, Marcos Sílvio de. **O que é cidadania**. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcoossilviodesantana/cidadania.htm>> . Acesso em: 20 jun. 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Educação-Cidadania: um fazer histórico. In: MARTINS, José do Prado; CASTELLANO, Elisabete Gabriela. **Educação para a cidadania**. São Carlos: Edufscar, 2003. p. 73-83.

SILVEIRA, Amélia (Coord.). **Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias**. 2. ed., rev., atual e ampl. Blumenau: Edifub, 2004. 217 p.

SOUSA, Maria Isabel de Jesus. **Informação para cidadania**: a biblioteca como espaço de formação de sujeitos no modelo de educação de Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000758/01/T103.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2008.

PEREIRA, Marco Antonio C. **Manual básico de orientação de documentos científicos: Parte 2 – orientações básicas para a monografia**, 2005. Disponível em: <<http://www.marco.eng.br/metodologia/>>. Acesso em: 05 out. 2008.

TARGINO, Maria Das Graças. Práxis Bibliotecária. **Inf. & Soc**, João Pessoa, v. 1, n. 7, p.26-33, 1997. Jan./dez..

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Caro(a) Bibliotecário(a),

Este questionário faz parte da pesquisa intitulada “A atuação profissional do bibliotecário possibilita o desenvolvimento de práticas de cidadania?” de minha autoria. O relatório final dessa pesquisa será o meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC de graduação em Biblioteconomia, a ser apresentado em Dezembro de 2008 junto à coordenação deste curso, localizado na Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia – FACOMB, da Universidade Federal de Goiás - UFG.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a atuação profissional do bibliotecário na cidade de Goiânia em relação às práticas de cidadania. Assim solicitamos a sua colaboração no sentido de preencher esse questionário, desde já garantimos que os dados obtidos por meio do mesmos serão utilizados apenas no contexto dessa pesquisa. Vale salientar que será respeitado o sigilo de fonte. Em caso de dúvida ou necessidade de qualquer tipo de esclarecimento entre em contato comigo: (E-mail: lua_matias@yahoo.com.br, Telefone: 3291-1751 ou 8147-5613).

O prazo para o preenchimento deste questionário é de uma semana, assim aguardamos o retorno do mesmo até o dia 29 de Setembro de 2008. Sua participação é fundamental para a realização desta pesquisa, sendo assim, solicito sua colaboração respondendo as questões abaixo:

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO OU CARACTERIZAÇÃO

1.1 Faixa etária

- 20 a 25 anos
- 26 a 31 anos
- 32 a 37 anos
- 38 a 43 anos
- 44 a 49 anos
- mais de 50 anos

1.2 Sexo

- Feminino
- Masculino

1.3 Instituição em que cursou a graduação em biblioteconomia e ano de conclusão.

1.4 Faixa salarial

- Entre 1 a 3 salários mínimos
- Entre 4 a 7 salários mínimos
- Entre 8 a 11 salários mínimos
- Mais de 12 salários mínimos

2 DADOS DE CONTEÚDO

2.1 Assinale abaixo as atividades desenvolvidas na Unidade de Informação (biblioteca, centro de documentação, multimeios, etc) em que você atua.

- Serviço de referência
- Empréstimo de materiais
- Processamento técnico
- Manutenção e organização do acervo
- Treinamento de usuários
- Indicações de leitura
- Promoção da biblioteca na instituição
- Divulgação de novas aquisições
- Levantamento bibliográfico
- Permuta
- Normalização de trabalhos acadêmicos
- Outros. Quais? _____

2.2 Conceitue o termo cidadania.

2.3 Você considera que a sua atuação profissional estimula o desenvolvimento de práticas de cidadania?

- Não
 Sim

2.4 Justifique a sua resposta em relação à pergunta anterior.

2.5 Quais são os elementos que estimulam o desenvolvimento de práticas de cidadania no seu contexto de práticas profissional?

2.6 Quais são os elementos que prejudicam o desenvolvimento de práticas de cidadania no seu contexto de práticas profissional?

Muito obrigada por sua colaboração!